

Placas camuflam crime eleitoral

Os partidos que têm sede no Congresso usam de um artifício para burlar a lei. As sedes funcionam sob camuflagens, como presidências e executivas nacionais. Que são, em suma, os partidos. De acordo com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lopp), a Comissão Executiva Nacional é composta de presidente, primeiro, segundo, terceiro vice-presidente, secretário-geral, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, além dos líderes das bancadas e vogais. É a Lopp também que determina que o único recurso público a que os partidos têm direito é o do Fundo Partidário.

Apesar da ilegalidade, as plaquinhas se sucedem. No hall dos elevadores do Anexo I do Senado e nos corredores dos 26º, 17º e 2º andares estão estampadas as identificações do usucapião. Na Câmara, a presidência do PL é identificada na placa dos elevadores do Anexo I ou na de acesso ao subsolo do Bloquinho. A placa da presidência do PMDB, no térreo do edifício principal, despencou há algum tempo e não foi recolocada. Mas no Anexo I estão lá, para quem quiser ver, as identificações da Tesouraria, Secretaria e Fundação Pedroso Horta.

Nas sedes dos partidos, não há como esconder o rastro da campanha política, neste caso também ilegal. No PPR, espalhados pelo chão, estavam, até terça-feira (dia 31), centenas de sacos plásticos com a inscrição do candidato Esperidião Amin. No PSDB, uma saleta estava sendo usada até quarta-feira passada como depósito do material de campanha de Fernando Henrique Cardoso. Já o PMDB, não deixa rastro. Orestes Quércia tem o hábito de manter seu escritório próprio. Quando presidiu o PMDB, seu local de trabalho funcionava em uma sala alugada na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília. Agora, todo o material de campanha está em São Paulo.